

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

PROJETO DE LEI N.º 107-82

(encaminhado à Câmara pelo Sr. Prefeito com o ofício A.T.L. n.º 210-82 Processo n.º).

Dispõe sobre transformação e criação de cargos de Agente de Apoio Fiscal, e dá outras providências.

Projeto recebido em 5-5-82 com prazo de 40 (quarenta) dias para deliberação.

A Câmara Municipal de São Paulo decreta:

Art. 1.º — Ficam transformados em cargos de Agente de Apoio Fiscal, Referência AAF-1, os cargos dos funcionários designados para as atuais Funções Gratificadas de Fiscal e Encarregado de Setor de Fiscalização, do Departamento de Rendas Mobiliárias, desde que preencham os seguintes requisitos:

- I — Sejam titulares de cargos efetivos;
- II — Estejam no exercício das Funções Gratificadas por, no mínimo, 8 (oito) anos, ininterruptos ou não, até a data desta lei;
- III — Não tenham sofrido pena disciplinar de suspensão.

Parágrafo único — A transformação prevista neste artigo será efetivada mediante opção formulada pelo funcionário, dentro de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data desta lei.

Art. 2.º — Os funcionários atualmente designados para as Funções Gratificadas referidas no artigo 1.º, e que não preencham o requisito do prazo de 8 (oito) anos, terão seus cargos efetivos transformados em cargos de Agente de Apoio Fiscal, Referência AAF-1, se aprovados em prova de suficiência específica, que levará em consideração o tempo de exercício na função gratificada de Fiscal e de Encarregado de Setor de Fiscalização, nas condições que forem estabelecidas em decreto regulamentador.

Art. 3.º — A transformação prevista nos artigos anteriores não ocorrerá se, até a formalização, o funcionário vier a sofrer qualquer penalidade disciplinar, hipótese em que será cessada sua designação.

Parágrafo único — Se, à época da transformação, o funcionário estiver respondendo a inquérito administrativo, ela só se efetuará após o seu término e desde que o funcionário seja absolvido.

Art. 4.º — Formalizadas as transformações de que tratam os artigos 1.º e 2.º ficarão extintas as Funções Gratificadas respectivas, bem como todas as demais funções gratificadas de Fiscal e de Encarregado de Setor de Fiscalização do Departamento de Rendas Mobiliárias.

Art. 5.º — Ficam criados 50 (cinquenta) cargos de Agente de Apoio Fiscal, Referência AAF-1, de provimento efetivo, exigida a escolaridade de 2.º grau ou equivalente.

Art. 6.º — Ficam criados no Quadro de Fiscalização Tributária e integrados no Anexo I, Parte A — Cargos de Provimento em Comissão — da Lei n.º 8.645, de 21 de novembro de 1977, 14 (quatorze) cargos de Agente de Apoio Fiscal Encarregado de Setor, Referência AAF-2, destinados ao Departamento de Rendas Mobiliárias, da Secretaria das Finanças.

Parágrafo único — Os cargos de Agente de Apoio Fiscal, Referência AAF-1, resultantes das transformações previstas nos artigos 1.º e 2.º, bem como os criados pelo artigo 5.º desta lei, serão integrados no Anexo I, Parte B — Cargos de Provimento Efetivo — da Lei n.º 8.645, de 21 de novembro de 1977, e, também, destinados ao Departamento de Rendas Mobiliárias, da Secretaria das Finanças.

Art. 7.º — Ficam criadas as Referências de Vencimentos «AAF-1» e «AAF-2», constituídas de 5 (cinco) Graus, de «A» a «E», com os valores constantes do Anexo Único, parte integrante desta lei.

Parágrafo único — Os cargos de Agente de Apoio Fiscal, decorrentes da transformação, e os de Agente de Apoio Fiscal Encarregado de Setor, criados pelo artigo 6.º, situar-se-ão, inicialmente, no Grau «A».

Art. 8.º — O provimento dos cargos de que trata esta lei far-se-á:

I — Os de Agente de Apoio Fiscal, Referência AAF-1, novos ou que se vagarem: mediante concurso público de títulos e de provas, entre portadores de certificado ou diploma de ensino de 2.º Grau ou equivalente.

II — Os de Agentes de Apoio Fiscal Encarregado de Setor, Referência AAF-2: em comissão, dentre titulares do cargo de Agente de Apoio Fiscal, Referência AAF-1.

Art. 9.º — As promoções na classe de Agente de Apoio Fiscal far-se-ão pelos critérios de antiguidade e merecimento, e processar-se-ão de acordo com as normas gerais estabelecidas para o Quadro Geral do Pessoal.

Parágrafo único — Somente poderão ser promovidos por merecimento os titulares do cargo de Agente de Apoio Fiscal que tiverem interstício mínimo de 2 (dois) anos de efetivo exercício no grau.

Art. 10 — O ocupante de cargo de Agente de Apoio Fiscal nomeado para cargo de Agente de Apoio Fiscal Encarregado de Setor conservará, na nova Referência, o mesmo grau em que se encontrava no cargo efetivo.

Art. 11 — São atribuições dos Agentes de Apoio Fiscal:

I — O exercício supletivo de serviços auxiliares de fiscalização tributária, compreendendo:

a) verificação da regularidade dos contribuintes de tributos mobiliários, quanto à inscrição e atualização dos dados no Cadastro de Contribuintes Mobiliários — CCM;

b) pesquisa e coleta de dados necessários à fixação da estimativa ou arbitramento para o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza;

c) realização de plantões nos estabelecimentos dos contribuintes de tributos mobiliários, visando a verificação da efetiva prestação de serviços e a regularidade na emissão dos documentos fiscais correspondentes;

d) fiscalização do cumprimento das obrigações relativas às Taxas cometidas à competência do Departamento de Rendas Mobiliárias;

II — Lavratura de Autos de Infração e Intimação referentes a obrigações acessórias do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, desde que decorrentes de operações fiscais específicas.

Parágrafo único — É vedado aos ocupantes do cargo de Agente de Apoio Fiscal a execução de levantamentos fiscais e de análises contábil-financeiras ou econômicas dos sujeitos passivos dos tributos mobiliários.

Art. 12 — Aos ocupantes do cargo de Agente de Apoio Fiscal Encarregado de Setor competem a distribuição, orientação, verificação e revisão das tarefas executadas pelos Agentes de Apoio Fiscal.

Art. 13 — Os titulares do cargo de Agente de Apoio Fiscal ficam incluídos na jornada de trabalho H-33, a que se refere a Lei n.º 8.807, de 26 de outubro de 1978, vedada sua inclusão na jornada H-40, salvo quando nomeados para o cargo de Agente de Apoio Fiscal Encarregado de Setor.

Parágrafo único — Os titulares dos cargos mencionados neste artigo ficam sujeitos à prestação de serviços, quando convocados, em quaisquer horas e dias, incluídos sábados, domingos, feriados e pontos facultativos.

Art. 14 — Os Agentes de Apoio Fiscal e Agentes de Apoio Fiscal Encarregados de Setor farão jus à gratificação de produtividade fiscal, desde que estejam no efetivo exercício de atribuições específicas de fiscalização no Departamento de Rendas Mobiliárias, segundo critérios a serem previstos em regulamento, levando em conta a atuação pessoal do funcionário.

Parágrafo único — Para fins do disposto neste artigo consideram-se como de efetivo exercício os afastamentos decorrentes de:

I — Férias, casamento e luto;

II — Convocação para serviço militar e outros obrigatórios por lei;

III — Moléstia comprovada, até 2 (dois) dias por mês e até o máximo de 10 (dez) por ano;

IV — Licenças:

a) por acidentes em serviço ou doença profissional;

b) para tratamento da própria saúde pelo prazo concedido pela autoridade médica, na forma da lei, ou até a data do início da aposentadoria por invalidez ou de morte;

c) concedidas a funcionária gestante

d) por missão de estudo, quando autorizada pelo Prefeito, no território nacional ou no estrangeiro;

e) a título de licença-prêmio.

Art. 15 — Para os efeitos do disposto no artigo anterior, a apuração da produtividade far-se-á mensalmente, mediante atribuição de pontos equivalentes, cada um a 0,030% (trinta milésimos por cento) do valor do vencimento correspondente ao Padrão AAF-1A, não sendo remunerados os pontos excedentes a 1.500 (um mil e quinhentos).

§ 1.º — A gratificação de produtividade fiscal será apurada ao final de cada mês e paga no mês subsequente, segundo critérios de atribuição de pontos a serem fixados em regulamento.

§ 2.º — As quotas fixadas no “caput” deste artigo serão pagas, por inteiro, aos ocupantes do cargo de Agente de Apoio Fiscal Encarregado de Setor.

§ 3.º — Durante os afastamentos e licenças referidos no parágrafo único do artigo anterior, a gratificação de produtividade fiscal será calculada pela média dos pontos percebidos, a esse título, nos 3 (três) meses anteriores ao da ocorrência do fato.

Art. 16 — A gratificação de produtividade fiscal percebida por ocupantes dos cargos de que trata a presente lei, incorporar-se-á aos proventos da inatividade, pela média dos pontos obtidos nos últimos 5 (cinco) anos que antecederem a aposentadoria.

§ 1.º — O prazo estabelecido neste artigo será reduzido à metade nos casos de aposentadoria compulsória ou por invalidez.

§ 2.º — A incorporação de que trata este artigo não implicará que os proventos excedam à remuneração percebida na atividade.

Art. 17 — Ficam criados, com a mesma denominação, referência de vencimento e em igual número, integrados na Tabela e Parte do Quadro Geral do Pessoal em que se encontravam, os cargos que foram transformados, por força desta lei, em cargos de Agente de Apoio Fiscal.

Art. 18 — As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 19 — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

“As Com. de Justiça e Redação, de Assuntos Ligados ao Servidor Público e de Finanças e Orçamento.”

ANEXO ÚNICO A LEI N.º

D E N O M I N A Ç Ã O	REF.	A	B	C	D	E
Agente de Apoio Fiscal	AAF-1	56.130,00	61.153,00	67.305,00	73.368,00	77.905,00
Agente de Apoio Fiscal Encarregado de Setor	AAF-2	67.305,00	73.368,00	77.905,00	85.080,00	92.293,00

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

PARECER CONJUNTO N.º 208-82

Das Comissões de Assuntos ligados ao Servidor Público e de Finanças e Orçamento, sobre o Projeto de lei n.º 107-82.

O Projeto de lei n.º 107-82, encaminhado a esta Câmara pela mensagem 210-82, do Executivo Municipal, ora submetido a exame para o recebimento de parecer conjunto das Comissões de Assuntos Ligados ao Servidor Público e de Finanças e Orçamento, trata da criação de 50 (cinquenta) cargos de Agente de Apoio Fiscal, de provimento efetivo, Referência AAF-1 (artigo 5.º) e 14 (quatorze) cargos de Agente de Apoio Fiscal Encarregado de Setor, Referência AAF-2, de provimento em comissão, destinados ao Departamento de Rendas Mobiliárias, da Secretaria de Finanças do Município.

Os cargos de Agente de Apoio Fiscal referência AAF-1, pelo projeto em tela, serão criados pela transformação das atuais funções gratificadas de Fiscal e Encarregado de Setor de Fiscalização do Departamento de Rendas Mobiliárias, e passam a integrar o Anexo I, Parte B-Cargos de Provimento Efetivo da Lei n.º 8.645, de 21 de novembro de 1977.

Por outro lado em seus artigos 11 e 12 define o projeto quais serão as atribuições dos Agentes de Apoio Fiscal e Agentes de Apoio Fiscal Encarregado de Setor.

Finalmente, depois de definir a jornada especial de trabalho a que ficarão submetidos os titulares dos cargos criados, estende aos mesmos da gratificação de produtividade fiscal, desde que preenchidos certos requisitos que estabelece.

Como se depreende, basicamente, pretende a propositura a transformação de fun-

ções gratificadas, por sua natureza de caráter transitório, ocupadas por servidores designados, admitidos ou contratados precariamente, em cargos que serão ocupados, em caráter definitivo, por funcionários que nelas se estabilizarão, em razão de concurso público a que deverão ser submetidos para a mesma investidura.

Consequentemente, com essa medida a Administração somente poderá lucrar no sentido de melhor aparelhar os seus quadros funcionais para o exercício de sua atividade administrativa, devendo, por isso mesmo, ser o projeto objeto de aprovação pela Edilidade Paulistana.

Sob o ponto de vista financeiro nada há a objetar quanto à aprovação da propositura que estabelece, em seu artigo 18, que as despesas decorrentes da lei têm o correspondente supedâneo financeiro nas dotações orçamentárias próprias.

Nessas condições o nosso parecer conjunto é pela aprovação da propositura.

Sala das Comissões, em 19 de maio de 1982.

COMISSÃO DE ASSUNTOS LIGADOS AO SERVIDOR PÚBLICO.

Benedito Cintra

Yukishigue Tamura

Francisco Gimenez

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO.

Shiguemi Kita

Francisco Gimenez

Mário Américo

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

PARECER N.º 199-82

Da Comissão de Justiça e Redação sobre o Projeto de Lei n.º 107-82

O Projeto de Lei n.º 107-82, encaminhado a esta Casa pelo Senhor Prefeito, dispõe sobre a transformação e criação de cargos de funcionários designados para as atuais Funções Gratificadas de Fiscal e de Encarregado de Setor de Fiscalização, do Departamento de Rendas Mobiliárias, em cargo de Apoio Fiscal, classificados na Referência AAF-1.

Face a referida transformação, cuida, também, a presente proposição, de outras providências correlatas, como a criação de cargos necessários às atividades desenvolvidas no supra citado órgão, da Secretaria de Finanças.

Após a formalização das transformações, ficarão extintas as funções gratificadas respectivas, bem como, as demais funções de tal natureza, do Departamento de Rendas Mobiliárias.

Ademais, propõe-se, também, a criação de 50 (cinquenta) cargos de Agente de Apoio Fiscal, destinados ao mesmo órgão. Em

consequência, criam-se 14 (quatorze) cargos de Agente de Apoio Fiscal Encarregado de Setor, de provimento em Comissão, destinados a manter a adequada hierarquia funcional, posto que tais cargos correspondem a encarregatura.

Em razão do ora proposto, verificamos que a matéria se insere no âmbito da iniciativa reservada ao Executivo, nos termos do preceituado no art. 27, § 1.º, item 2, da Lei Orgânica dos Municípios.

Nestas condições, em sendo lícito o objeto e estando a propositura, devidamente, alicerçada em dispositivo legal, pertinente à matéria, concluímos, sob o específico prisma desta Comissão, pelo acolhimento do Projeto, em epígrafe.

É o nosso entendimento.

Sala da Comissão de Justiça e Redação, em 17 de maio de 1982.

DAVID ROYSEN — Presidente

Geraldo Blota — Relator

Eurípedes Sales